

Educação sexual nas escolas: Um desafio para profissionais da saúde e educação

Sex education in schools: A challenge for health and education professionals

Francisco Jander de Sousa Nogueira

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, E-mail: jander.sociosaude@gmail.com

Nayron Vitor do Nascimento Barbosa

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, E-mail: nayron.n.b@gmail.com

Maria Alice Alves

Universidade Federal do Delta do Parnaíba, E-mail: alice.psi.31@gmail.com

Maria Gleice Rodrigues

Universidade Federal do Ceará, E-mail: mariagleicerodrigues@gmail.com

Resumo: Historicamente, a nossa sociedade não possui o hábito de abordar sexualidade no contexto familiar e escolar, visto que é uma temática considerada polêmica, bem como é um assunto pouco explorado. Nesse sentido, este estudo trata-se de uma revisão integrativa que se propôs a fazer uma análise a partir da literatura brasileira correspondentes aos últimos três anos disponíveis nas bases de dados LILACS, Google Scholar, BVS e SCIELO, com objetivo de conhecer os desafios que professores e profissionais da saúde enfrentam na promoção de educação sexual nas escolas brasileiras. Foram encontrados, nas plataformas mencionadas acima, 456 artigos, porém a análise foi feita apenas com 13 artigos que obedeciam aos critérios de inclusão. Essa pesquisa é de grande relevância, visto que é preciso refletir sobre como a educação sexual está sendo abordada nas escolas. Com base no arcabouço teórico nacional utilizado nessa revisão ficou evidente o quanto a promoção de educação sexual nas escolas apresenta desafios e limitações.

Palavras-chave: Educação sexual; Saúde sexual; Promoção da saúde escolar.

Abstract: Historically, our society has not been in the habit of addressing sexuality in the family and school context, since it is a topic considered controversial, as well as a subject that is little explored. In this sense, this study is an integrative review that proposed to make an analysis from the Brazilian literature corresponding to the last three years available in the databases LILACS, Google Scholar, BVS and SCIELO in order to know the challenges that teachers and health professionals face in the reproduction of sexual health promotion in schools, so 456 articles were found on the platforms mentioned above, however analysis was made only with 13 that met the inclusion criteria. This research is of great relevance, since it is necessary to reflect on how sex education is being approached in schools. Based on the national theoretical framework used in this review, it was evident how much the promotion of sex education in schools presents challenges and limitations.

Key words: Sex education; Sexual health; School health promotion.

Recebido em: 11/05/2020

Aprovado em: 05/07/2020



INTRODUÇÃO

Os estudos da sexualidade e da saúde sexual, além de seu ensino nos sistemas de educação, historicamente são embasados em visões normativas marcadas, principalmente, por aspectos biológicos cujos discursos estão ancorados nos pressupostos da moral religiosa e reforçados pelo caráter higiênico das estratégias de saúde pública (FURLANETTO et al., 2018). Tal adequação emana de uma construção social heteronormativa que reprime e disciplina os corpos, conforme estudaram Freud, no início do século XX e Foucault, na segunda metade do século XX.

Essa construção social designa papéis sociais e performances a serem seguidas conforme o sexo desde a tenra idade no seio familiar. De modo geral, essas concepções são incorporadas e internalizadas por crianças e adolescentes, refletindo-se em seus comportamentos, principalmente no que diz respeito à sexualidade, às relações pessoais, bem como no acesso a informações e serviços de saúde sexual e saúde reprodutiva (BRASIL, 2010).

Entretanto, com o avanço das discussões políticas a respeito dos direitos sexuais e reprodutivos, em que o movimento feminista teve forte participação, ampliaram-se as discussões acerca do gênero e da sexualidade para além do caráter biológico (FURLANETTO et al., 2018).

Há décadas, a Organização Mundial de Saúde (OMS) e a Associação Mundial para a Saúde Sexual (WAS) têm enfatizado o aspecto multidimensional da saúde sexual e sua relação com direitos e justiça social (RUFINO; MADEIRO, 2015).

Em 1996, foi aprovada a terceira e mais recente Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que deu origem aos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) publicados em 1998, cujo objetivo da orientação sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer, saúde e responsabilidade. Para isso, deveria ser trabalhada transversalmente, perpassando todas as disciplinas, em consonância com uma visão ampla de sexualidade, incluindo seu caráter cultural, social e histórico (FURLANETTO et al., 2018 p. 553).

Já no campo da saúde, notava-se que o discurso da sexualidade e da saúde sexual estava enclausurado no consultório médico, não fugindo a regra, também, da noção normativa, preventiva e biológica que permeia a sociedade. Tal dinâmica corroborava uma necessidade premente de se expandir o ensino da sexualidade em outros

nichos. Assim, foi instituído o Programa Saúde na Escola (PSE), cujo objetivo era regulamentar as atividades para a saúde no âmbito escolar (SANTIAGO et al., 2012). Assim, garantia-se o trabalho conjunto e intersetorial entre Escola e Estratégia Saúde da Família (ESF), de modo a integralizar a promoção a saúde às crianças e adolescentes. No entanto, apesar da formulação de diversas políticas a favor da educação sexual e da saúde sexual, percebe-se que sua efetivação e sistematização ainda não o foram alcançadas.

Considerando as concepções supracitadas, nota-se que a promoção de saúde sexual e educação sexual nas escolas são essenciais para a integralização do cuidado e, para isso, busca-se compreender: o que está faltando, em termos de educação sexual, para efetivação e institucionalização do cuidado em saúde sexual? Para isso, esse trabalho objetiva analisar as publicações nacionais dos últimos três anos sobre os desafios que professores e profissionais da saúde enfrentam na promoção de educação sexual nas escolas brasileiras.

MATERIAL E MÉTODOS

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, na qual consiste em agrupar e sintetizar os estudos realizados condizentes com o tema central deste artigo. A revisão integrativa é a pesquisa mais minuciosa referente às revisões, visto que ela analisa com uma riqueza de detalhes, pesquisas experimentais e não experimentais, dados de literatura teórica, empírica, além de revisar teorias e evidências, o principal objetivo de uma revisão integrativa é oferecer uma visão ampliada e aprofundada sobre a temática pesquisada para facilitar a compreensão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para melhor organizar as ideias e facilitar o entendimento do leitor a nossa pesquisa segue os seis passos de uma revisão integrativa proposta por Mendes, Silveira e Galvão (2008) que são: identificação do problema, estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão, definição dos estudos, definição das informações a serem extraídas dos artigos selecionados, avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa, análise dos resultados e apresentação dos resultados. Para orientar nossa pesquisa integrativa, elaboramos a seguinte pergunta norteadora: quais os desafios que professores e profissionais da saúde enfrentam no tocante à promoção de saúde sexual nas escolas?

Foi realizada a seleção dos artigos para embasar a nossa pesquisa integrativa no período de 02 a 20 de abril de 2020 nas seguintes bases de

dados: Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da saúde (LILACS), Google Scholar e Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO). Em cada plataforma foram utilizados os seguintes descritores: educação sexual, escola, saúde sexual, promoção da saúde escolar e programa saúde na escola.

Além disso, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: somente considerar a literatura mais recente dos anos de 2017, 2018 e 2019; bem como selecionar apenas artigos de acordo com o tema central desta revisão e os critérios de exclusão: considerar exclusivamente a literatura nacional, como também não utilizar artigos repetidos em outras bases de dados.

Foram encontrados 456 artigos nas plataformas mencionadas acima, porém de acordo com os critérios de inclusão e exclusão apenas treze (13) foram considerados relevantes para presente pesquisa.

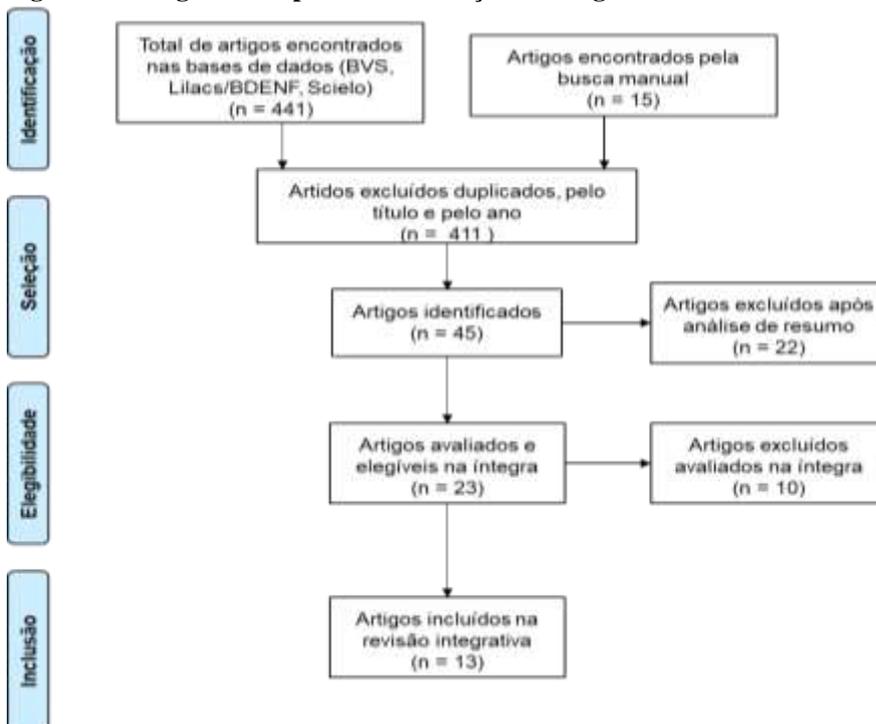
Com base nos artigos selecionados foi elaborado um quadro de matriz teórica como objetivo guiar o pesquisador ao desdobramento do método e análise da pesquisa, dado que ele verifica a conexão entre os modelos das pesquisas, objetivos, hipótese e modelos de análise entre os artigos da amostra. Após a construção da matriz teórica foi realizada a releitura dos artigos com ênfase na metodologia e resultados. Em seguida de forma minuciosa foi

efetuada uma análise temática e selecionadas as ideias mais relevantes a partir desses recortes do arcabouço teórico com intuito de direcionar uma linha teórica e encontrar respostas para a pergunta norteadora. Emergiram quatro eixos temáticos e foram construídas linhas de pensamento relacionando os pontos de concordância e divergências entre os autores para assim obter um panorama da temática e identificar aspectos que necessitam de mais realização de estudos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Figura 1 sistematiza os processos para a seleção dos artigos usados nessa revisão integrativa. Ao total, foram encontrados 456 artigos nas bases de dados BVS, Lilacs/BDENF, Scielo e nas buscas manuais, principalmente no Google Scholar. Desses, inicialmente, foram excluídos 441 artigos duplicados, com título não condizente com a pesquisa e cujo ano de publicação não correspondia ao período abordado (2017-2019). Ao final, após análise dos resumos e dos textos integralmente, com exclusão conforme critérios, foram selecionados 13 artigos para compor a análise da revisão. A construção do fluxograma (Figura 1) foi baseada na metodologia de FURLANETO et al. (2018) que visa identificar as principais características das ações de educação sexual realizadas em escolas brasileiras.

Figura 1 Fluxograma do processo de seleção de artigos



Fonte: Elaboração dos autores.

No Quadro 1 são apresentados os resultados da pesquisa bibliográfica, as quais são organizadas conforme o ano, os autores, o título, os objetivos e os delineamentos. A amostra desta revisão integrativa, após análise de cada artigo seguindo os critérios metodológicos, totalizou 13 artigos (Quadro 1), dos quais 3 artigos (23,08%) foram encontrados no BVS, 2 artigos(15,39%) foram encontrados nas bases LILACS e BDENF, 8 artigos(61,53%) encontrados na base Google Scholar. Foram encontrados na base de dados

SciELO 4 artigos (30,76%), os quais todos também foram encontrados nas outras bases de dados usados na pesquisa.

Da leitura e análise das publicações, ascenderam quatro núcleos temáticos: o trabalho intersetorial entre saúde e educação; a metodologia defasada de ensino; o papel da família na educação sexual; Parâmetros Curriculares Nacionais e a formação de novos profissionais capacitados.

Quadro 1 Caracterização dos estudos

Autores	Título	Objetivos	Método
Pinheiro; Silva; Tourinho, 2017	A estratégia saúde da família e a escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade	Analisar como o trabalho de educação sexual de adolescentes e jovens é desenvolvido na perspectiva da intersetorialidade entre saúde e educação; conhecer as características pedagógicas e metodológicas utilizadas; e levantar as perspectivas de interseção entre a escola e o serviço de saúde no desenvolvimento das atividades de educação sexual.	Pesquisa qualitativa
Almeida et al., 2017	Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez	Investigar o conhecimento de adolescentes relacionado às Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), AIDS e gravidez, além de conhecer a compreensão sobre o papel da escola na educação sexual.	Estudo qualitativo, descritivo
Vieira; Matsukura, 2017	Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública	Identificar e caracterizar práticas de educação sexual com adolescentes desenvolvidas nas escolas da rede pública, bem como investigar a concepção dos professores envolvidos a respeito do tema.	Descritivo, exploratório de abordagem qualitativa.
Guedes; Net; Santos, 2017	A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guarai/TO	Analisar a percepção da educação sexual dentro do ambiente escolar por parte dos docentes e discentes, bem como os fatores externos que influencia neste processo de ensino e aprendizagem.	Qualitativo
Queiroz; Almeida, 2017	Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba	Traçar o perfil dos professores de uma escola estadual de ensino médio segundo as variáveis sociodemográficas, sexo, idade, estado civil, escolaridade, área de formação, tempo de trabalho em escola, tempo de trabalho na escola pesquisada; e investigar seu conhecimento sobre a temática sexualidade.	Descritiva e quanti-qualitativa
Zerbinati; Bruns, 2017	Sexualidade e Educação: Revisão Sistemática Da Literatura Científica Nacional	Investigar as pesquisas a respeito da sexualidade na interface com a educação, apresentando e discutindo o perfil dos artigos científicos nacionais, publicados nos últimos cinco anos, tendo tal temática em evidência.	Revisão sistemática
Murad et al., 2018	Experiência de acadêmicos de medicina na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis	Aproximar os acadêmicos de Medicina da comunidade, ampliar a prevenção e incentivar a realização do diagnóstico das Infecções Sexualmente Transmissíveis (IST), HIV, hepatites virais e transmissão vertical da sífilis para alunos do EJA.	Relato de experiência
Furlanetto et al., 2018	Educação Sexual em Escolas Brasileiras: Revisão Sistemática da Literatura	Realizar uma revisão sistemática da literatura sobre a educação sexual em escolas brasileiras, a fim de identificar suas principais características (ano de publicação, autoria, título, objetivos e delineamento), assim como os temas abordados e os profissionais responsáveis pelas ações.	Revisão sistemática
Albuquerque; Botelho; Rodrigues, 2019	Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica	Relatar uma experiência de educação em saúde com agentes comunitários de saúde acerca da saúde da população LGBT na atenção básica.	Relato de experiência
Ferreira; Piazza; Sousa, 2019	Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública	Relatar a experiência da implementação de oficinas de saúde e sexualidade por residentes de saúde da família com adolescentes do 8º ano de uma escola pública em Florianópolis	Relato de experiência
Santos et al., 2019	Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência	Relatar a vivência destes estudantes no PSE, ressaltando a contribuição da formação acadêmica embasada em metodologias ativas para a construção e execução das atividades de inserção prática.	Relato de experiência, abordagem crítico-reflexiva
Furlanetto; Marin; Gonçalves, 2019	Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente	Avaliar o acesso e a qualidade da informação sobre sexo e sexualidade nos contextos familiar e escolar na perspectiva de adolescentes.	Explanatório sequencial, corte transversal e abordagem mista
Araújo et al., 2019	Sexualidade e saúde sexual de adolescentes: interseção de demandas para o cuidado	Conhecer demandas para o cuidado no âmbito da sexualidade de adolescentes.	Descritivo, qualitativo

Fonte: Elaboração dos autores

Eixos temáticos

O trabalho intersetorial entre saúde e educação

Esse tema reflete a importância da abordagem conjunta e integral entre os profissionais da saúde e os profissionais da educação no contexto escolar. Nesse sentido, a articulação desses possibilita ações integradoras, críticas e reflexivas e que oportunizam atualização dos educadores para a abordagem do discurso sobre a saúde de forma transversal e interdisciplinar (PINHEIRO et al., 2017).

Para os mesmos autores a intervenção elucidou a importância da articulação estratégica entre a Estratégia de Saúde da Família e a Escola, interação que tem o potencial de contribuir com o maior envolvimento dos profissionais de saúde com a comunidade, ampliando o conhecimento sobre o território de atuação, suas peculiaridades e vulnerabilidades, colaborando para o planejamento estratégico de ações de saúde.

Entretanto, conforme aborda Pinheiro et al. (2017), parece haver, por parte dos professores, um entendimento de transferência de responsabilidade para os profissionais de saúde (enfermeiros, médicos, psicólogos), visto que estes são especialistas ou mais bem preparados para esse tipo de abordagem. Tal prerrogativa mostra-se aqui como um possível fator negativo para uma adequada interação entre os profissionais da saúde e educação, pois dificultaria o compartilhamento e o planejamento das competências de cada setor. Além disso, para os mesmos autores, “a motivação, a atitude e o comprometimento do profissional podem determinar a efetividade do trabalho”.

Por outro lado, diferentemente de Pinheiro et al. (2017), Albuquerque et al. (2019) define que mesmo os profissionais de saúde estando, na visão dos professores, mais preparados para debater o tema, percebe-se que aqueles, via de regra, seguem o que foi ensinado em suas graduações (FERREIRA et al., 2019), priorizam, assim modelos higienistas, heteronormativos da sexualidade, naturalizantes do sexo e gênero (ZERBINATI; BRUNS, 2017), e que, conseqüentemente, “deixa a temática de saúde da população LGBT marginalizada”.

Conforme Ferreira et al. (2019) o atendimento à saúde para ser integral necessita aproximar-se das comunidades, ultrapassando os muros das unidades de saúde com estímulo à participação popular. Nesse contexto, o Programa Saúde na Escola (PSE), instituído em 2007, que tem como objetivo a promoção de ações que visem o enfrentamento de vulnerabilidades que afetam crianças e adolescentes da rede pública de ensino, determina o trabalho conjunto das equipes de Estratégia Saúde da família (ESF) com os profissionais da educação.

Em conformidade com Ferreira et al. (2019), Vieira e Matsukura (2017), Santos et al. (2019) e Pinheiro et al. (2017) acreditam que a intersetorialidade entre a Saúde e a Educação pode favorecer a qualificação das práticas, no intuito da superação de desafios e necessidades identificados no cotidiano das

intervenções de educação sexual nas escolas. Assim, os profissionais de saúde se responsabilizariam pelo empoderamento de estudantes, professores e funcionários das escolas, estabelecendo um vínculo que possibilite o acesso em futuras necessidades das crianças e adolescentes.

Apesar do exposto, Furlanetto et al. (2018) sinaliza que há incongruências em relação aos trabalhos intersetoriais, uma vez que essas ações desenvolvidas por profissionais da saúde não fazem parte da rotina escolar, configurando-se apenas como atividades pontuais. Nessa perspectiva para Pinheiro et al. (2017) há uma falta de interesse político e de contribuição do Estado como definidor da política pública intersetorial no que diz respeito à implantação de ações intersetoriais no campo da educação sexual. Além disso, como assevera Silva e Rodrigues (2010), o que tem dificultado a comunicação entre os diversos setores da sociedade na direção do trabalho intersetorial são as relações de poder existentes entre eles e a estrutura organizacional setorial e fragmentada, havendo, portanto, “a necessidade de se (re)pensarem as práticas vigentes, na busca do compartilhamento de responsabilidades, poderes e saberes”. Para que de forma sistemática a educação sexual seja pensada, planejada e executada de forma articulada entre os entes e equipamentos sociais disponíveis, como a escola e as unidades de saúde da família (PINHEIRO et al., 2017).

A metodologia defasada de ensino da sexualidade

Percebe-se, a partir da análise dos artigos, que a educação sexual ainda é pautada sob uma visão biológica, preventiva, calcada num discurso conservador sobre a sexualidade (ALBUQUERQUE et al., 2019; ARAÚJO et al., 2019; FURLANETTO et al., 2018; FURLANETTO et al., 2019; FERREIRA et al., 2019; QUEIROZ; ALMEIDA, 2018; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

Aponta-se que as práticas respaldadas por esse modelo mostram-se focadas em questões fisiológicas, tais como desenvolvimento, anatomia, aparelhos reprodutores, bem como em temáticas de prevenção das IST's/HIV e gravidez na adolescência (FURLANETTO et al., 2018). Nesse modelo de prática, os demais aspectos subjetivos e socioculturais, relacionados ao fenômeno da sexualidade, são pouco abordados ou silenciados (VIEIRA; MATSUKURA, 2017).

Além disso, esse modelo apresenta uma perspectiva mais reguladora e disciplinadora da sexualidade. Nessa concepção, o educador se relaciona com os adolescentes de um modo mais verticalizado, de maneira que “busca controlar e/ou modificar comportamentos relativos à expressão e exercício da sexualidade” (VIEIRA; MATSUKURA, 2017). Essas estratégias e modelos de intervenção, ainda que de forma velada, terminam por fortalecer padrões e normas sociais imperantes e, do mesmo modo, no lugar de promover um exercício consciente e livre da sexualidade, acabam por produzir um cuidado que tutela os corpos e não emancipa. Para Furlanetto et al.

(2019) há descontentamento, por parte dos estudantes, referente ao escopo reduzido dos temas apresentados, bem como sobre a didática objetiva e meramente expositiva dos conteúdos, que não facilitava o diálogo entre professores e alunos.

Para Queiroz e Almeida (2018) e Ferreira et al. (2019), a adolescência é um período conturbado e que, geralmente, é marcada pela recusa dos adolescentes em aceitar normas e tradicionalismos. Conforme Guedes et al. (2017) e Almeida et al. (2017), para os adolescentes a absorção de forma significativa do conteúdo sobre sexualidade dá-se por aulas dinamizadas, saindo da rotina de aulas tradicionais, juntamente com ministração de palestras e videoaulas relacionados ao assunto.

Por outro lado, Pinheiro et al. (2017) aponta para a predileção de determinadas formas de ensino, como as ‘palestras’. Os mesmos autores acreditam que esse procedimento de ensino ainda predomina nos sistemas de ensino pelo seu caráter de fácil ‘transmissão’ de conhecimento, mantendo o aluno na condição de passivo ouvinte (FERREIRA et al., 2019; FURLANETTO et al., 2019; GUEDES et al., 2017) e em certas circunstâncias impedindo argumentações e situações embaraçosas ao profissional que, diante do despreparo e pouco envolvimento com a temática, prefere o mínimo de exposição, atendo-se exclusivamente ao caráter biológico da sexualidade.

Nota-se ainda que a sexualidade e o ensino da sexualidade na escola são vistos como tabu pelos profissionais da educação (ARAÚJO et al., 2019; FERREIRA et al., 2019; FURLANETTO et al., 2018; FURLANETTO et al., 2019; GUEDES et al., 2017; VIEIRA; MATSUKURA, 2017). Isso corrobora certo temor, por parte dos professores, de que o diálogo sobre sexualidade provoque conflitos com as famílias e com a escola, o que faz com que prefiram se abster de buscar mais informações e aprimorar sua didática (FURLANETTO et al., 2019; QUEIROZ; ALMEIDA, 2018). Além disso, acredita-se que a dificuldade em trabalhar a educação sexual de forma eficiente está relacionada com a própria constituição histórica da sexualidade compreendida em práticas higienistas e de repressão da liberdade de expressão sexual, alinhadas a algumas crenças religiosas, valorizando as relações heterossexuais e o patriarcado (FURLANETTO et al., 2018). Nesse sentido, a discussão e expressão da sexualidade são reprimidas, sendo que tal conduta, pautada em discriminação e preconceito, é contrária aos direitos humanos e às orientações contidas nos PCN.

Conforme analisado, o ensino da sexualidade é mediado principalmente nas disciplinas de Ciências, reduzindo o debate da sexualidade ao conhecimento da anatomia do corpo, da reprodução e dos métodos contraceptivos e preventivos (FERREIRA et al., 2019; FURLANETTO et al., 2018; FURLANETTO et al., 2019; PINHEIRO et al., 2017). Para Queiroz e Almeida (2018) é importante que a discussão da sexualidade na escola não se limite apenas ao seu caráter biológico e preventivo, mas que aborde, também, a sexualidade relacionada com o contexto social, intensificando o debate sobre pensamentos e condutas preconceituosas.

Furlanetto et al. (2019) elucida que a problemática não se limita apenas aos profissionais. Para os autores o sentimento de confiança dos estudantes mostra-se relevante para que se estabeleça um diálogo franco com os profissionais da escola, “o receio da exposição íntima e a possibilidade de conflito com os familiares foram os principais motivos pelos quais os adolescentes não participavam de discussões ou não perguntavam suas dúvidas nas aulas”. Nesse sentido, é crucial que esse debate se concretize na dinâmica escolar, de modo que as trocas e o aprendizado coletivo sobre o corpo, sexualidade e saúde sexual abram caminhos também para a superação de estereótipos de gênero que desigualam relações (ARAÚJO et al., 2019).

Por outro lado, Furlanetto et al., (2018) aponta para o desenvolvimento, mesmo que reduzido, de abordagens que envolvem não apenas reprodução e fisiologia, “mas também discussões sobre normas de gênero e identidade, preconceito, diversidade e aspectos culturais e familiares”. Os autores observam a aplicação de diferentes modalidades de intervenção como oficinas, conversação com os alunos, leitura de livros infantis, elaboração de peça teatral, dinâmicas de grupo e atividades lúdicas, intervenções psicoeducativas, círculo de cultura e grupo operativo. Métodos ou teorias pedagógicas específicas também foram utilizados como fundamentação para realização das atividades. Dentre estas se destacam: metodologia freireana, círculos de cultura, metodologia participativa, metodologia informativa, psicoeducação, educação pela experiência de Dewey e abordagem histórico-cultural. Ao adotarem essas abordagens mais participativas os professores permitem a atuação efetiva dos participantes no processo educativo, sem considerá-los como meros receptores de conhecimento e informação, valorizando, portanto, os conhecimentos e as experiências dos participantes, envolvendo-os na discussão, na identificação e na busca de soluções para problemas de sua vida cotidiana.

Entretanto, Zerbinati e Bruns (2017) discutem que esta temática necessita de especiais cuidados. Segundo os autores, as políticas para a educação sexual se mostram contraditórias quanto ao respeito ao trabalho dos professores e professoras. Neste sentido, os autores discutem o quanto as políticas para educação sexual são contraditórias quanto ao respeito ao trabalho dos professores e professoras, “pois na prática pressupõem que a responsabilidade pela condução do desenvolvimento da temática em sala de aula é quase exclusivamente do trabalho destes profissionais” e muitas vezes não se oferece os instrumentos necessários, como formação teórica e mesmo suporte para lidar com suas próprias angústias ao enveredar pela temática da sexualidade.

O papel da família na educação sexual

Percebe-se, após a análise dos artigos que o trabalho intersetorial entre a escola e a estratégia saúde da família seria ineficaz se não levasse em consideração a importância da família na educação sexual dos estudantes (ALBUQUERQUE et al., 2019;

ALMEIDA et al., 2017; FURLANETTO et al., 2019; GUEDES et al., 2017; PINHEIRO et al., 2017; QUEIROZ; ALMEIDA, 2018; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

Para Zerbinati e Bruns (2017) a família, do mesmo modo que a escola, é responsável pela transmissão cultural e apresentação do mundo para as crianças, assim como valores e normas sociais.

Pais e educadores poderiam, entretanto, cumprir juntos o papel de educar, e educar sexualmente, ensinando os jovens a refletir de modo crítico tanto a repressão proibicionista quanto a prática automatizada da sexualidade de um modo geral, e de modo integral, não apenas biológico. (ZERBINATI; BRUNS, 2017 p. 82).

Corroborando com essa perspectiva, Pinheiro et al. (2017) considera importante a interação família-escola na abordagem da educação sexual de tal modo que a temática não sofra interferências da duplicidade de discursos e atitudes, advindas da perpetuação, nos espaços educativos, da visão de que cada ente tem sua atuação diferenciada no processo educativo.

Guedes et al. (2017) e Pinheiro et al. (2017) afirmam que a maioria dos estudantes considera a família como principal meio de educação sexual. Para os mesmos autores, a escola atuaria como parceira complementar, “abordando os diversos assuntos dentro da temática, embora ainda não seja a realidade vivida pelos professores o que dificulta o processo de ensino” (GUEDES et al., 2017).

Entretanto, percebe-se, conforme abordam Zerbinati e Bruns (2017) e Almeida et al (2017), que os pais ainda não estão preparados para abordar a educação sexual com seus filhos, de modo que transferem a responsabilidade para a escola e para os profissionais da saúde. Para Almeida et al. (2017), o diálogo sobre sexualidade ainda é tratado como tabu, “os adolescentes adquirem essas informações predominantemente de amigos, revistas, filmes, televisão e internet, e com menos frequência de professores e de profissionais de saúde”.

Além disso, percebe-se que a família interfere negativamente no processo de educação sexual, dificultando o trabalho, tanto pelo setor da saúde quanto pelo da educação. Os principais aspectos negativos da família elencados foram a falta de conhecimento sobre o assunto para abordar com os filhos, ausência de debate sobre a temática, não aceitação das atividades sobre isso desenvolvidas pela escola e modificação dos conceitos ensinados na escola (FURLANETTO et al., 2019; GUEDES et al., 2017; PINHEIRO et al., 2017). Tal prerrogativa assinala o que propõe Zerbinati e Bruns (2017) ao analisar a importância de a educação também chegar aos núcleos familiares.

Essa compreensão evidencia a necessidade de que a educação ultrapasse os muros da escola e chegue também à

família, educando, dialogando, promovendo reflexão, sanando dúvidas, construindo projetos em conjunto e acolhendo as possíveis angústias despertadas no contato com a temática sexual. Ao investir no núcleo das relações afetivas dos alunos, espera-se que a temática sexual possa ser discutida na escola com menos resistência e maiores possibilidades para positivos resultados (ZERBINATI; BRUNS, 2017 p. 82).

Portanto, conforme assevera Queiroz e Almeida (2018) a família não deve ser a única responsável pela educação sexual e que a sociedade como um todo deve auxiliar no aprimoramento do assunto.

Parâmetros Curriculares Nacionais e a formação de novos profissionais capacitados

De acordo com essa linha temática, é crucial que o ensino da sexualidade esteja em conformidade com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e para isso, é importante a sistematização de novas abordagens de ensino (FURLANETTO et al., 2018; PINHEIRO et al., 2017). Além disso, percebe-se que é de suma importância a formação de profissionais e capacitação destes baseados na educação sexual (FURLANETTO et al., 2019; MURAD et al., 2018; PINHEIRO et al., 2017; VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

São notórias as discussões referentes aos direitos humanos, relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos dos adolescentes, nos últimos vinte anos (FURLANETTO et al., 2018). A ascensão das modalidades que consideram o adolescente como protagonista, possuidor de autonomia para tomada de decisões e de direitos de acesso aos serviços de saúde e informação, tem se concretizado desde a aprovação em 1996 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (FURLANETTO et al., 2018 p. 564).

Segundo Pinheiro et al. (2017) o Estado tem contribuído para a concretização desse preceitos a partir de arcabouço político considerável que fundamenta a prática do trabalho de educação sexual, como a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, o Programa Saúde na Escola e a Política Nacional de Promoção da Saúde, além de projetos e iniciativas espalhados pelo país. Essas modalidades tem integrado a abordagem intersetorial de educação sexual.

Nesse sentido, como asseveram Zerbinati e Bruns (2017) e Pinheiro et al. (2017), a escola, como cenário ideal para o desenvolvimento de ações de educação em saúde (FERREIRA et al., 2019; QUEIROZ; ALMEIDA, 2018), deve se alinhar aos preceitos dos direitos humanos inclusivos. “Documentos, diretrizes e materiais didáticos estão sendo criados no intuito de auxiliar as escolas neste processo de mudança necessária e contemporânea” (ZERBINATI; BRUNS, 2017).

No que se refere às abordagens metodológicas, é crucial que nas escolas os estudantes aprendam o

autodomínio e o autoaprendizado no que concerne às práticas sexuais seguras, uma vez que, entre eles, as emoções muitas vezes os colocam em vulnerabilidade de implicações permanentes (BEZERRA et al., 2017). Além disso, considera-se que a perspectiva da horizontalidade do cuidado pode favorecer o envolvimento dos adolescentes como participantes ativos nas práticas desenvolvidas e contribuir com a autonomia dos sujeitos, no caso adolescentes, perante o exercício da sexualidade. (ARAÚJO et al., 2019; FURLANETTO et al., 2019; QUEIROZ; ALMEIDA, 2018; SANTOS et al., 2019; VIEIRA; MATSUKURA, 2017). Zerbinati e Bruns (2017) apontam a importância de promover uma escuta integral para as dúvidas e angústias dos jovens no que diz respeito à sexualidade. “é movimento que por si só traz todo o nascente necessário para germinar reflexões sobre o corpo, gênero, fantasias sexuais, relacionamentos amorosos, afetivo-sexuais, e demais elementos que podem ser intermediados pelo discurso e sua relação entre o ouvir e o falar”. Nessa perspectiva, Araújo et al. (2019) define que profissionais da saúde devem ser facilitadores de todo processo educativo, para que o cuidado se desenvolva sob o eixo da integralidade e da busca da autonomia do adolescente.

É importante pontuar, ainda, o trabalho desenvolvido por alguns profissionais em formação, como acadêmicos da saúde (FURLANETTO et al., 2018) e da educação no ensino da sexualidade. Conforme relata Murad et al. (2018), o envolvimento dos acadêmicos multiplicadores de prevenção com a comunidade traz novos conhecimentos no seu processo de formação, seja sob a ótica de tecnologias de promoção de saúde, seja para o desenvolvimento de novas habilidades profissionais de promoção de saúde.

O contato com a comunidade possibilita reflexões nesta formação profissional que vai além do conhecimento teórico sobre os temas que abordam, mas também em relação aos seus valores, estigmas, preconceitos e atitudes como uma oportunidade para reflexão e avaliação frente ao seu papel nas políticas públicas vigentes, nos rumos de sua formação e necessidades de saúde da população (MURAD et al., 2018 p. 203).

Além disso, Vieira e Matsukura (2017) refletem sobre o modelo biopsicossocial para ensino cuja abordagem leva em consideração “concepções mais amplas sobre a sexualidade, nas quais outras questões sociais e subjetivas são incluídas e trabalhadas nas práticas de educação sexual com adolescentes além dos aspectos biológicos”.

Por outro lado, apesar das políticas em relação à educação sexual, como os PCN, que recomendem a transversalidade e a interdisciplinaridade no ensino, percebe-se um distanciamento entre o que é proposto nas políticas e o modo como elas são desenvolvidas na realidade (VIEIRA; MATSUKURA, 2017; ZERBINATI; BRUNS, 2017).

Nesse sentido, Vieira e Matsukura (2017) refletem que a manutenção de conteúdos de sexualidade exclusivamente nos currículos das disciplinas de ciências, por exemplo, pode ser um dos fatores que reforçam a manutenção de práticas

disciplinares da sexualidade nas escolas, e impedem a implementação e efetivação do que se é proposto.

Outrossim, Furlanetto et al. (2018) apontam que apesar de existirem documentos oficiais que abordam questões sobre gênero e sexualidade, os professores não tem acessado esses documentos nem recebido outros meios de capacitação, isso corrobora o fato de que esses dados são pouco ou nada discutidos nas graduações, tanto nas licenciaturas como nos cursos de bacharelado. Além disso, para os mesmos autores, a transversalização, compreendida como a necessidade de o professor dominar, além dos conteúdos específicos de sua área, o conhecimento em relação às manifestações em sexualidade no ambiente escolar, não é desenvolvida ao longo da profissionalização.

Segundo Guedes et al. (2017) a falta de capacitação dos professores na área seria o maior desafio, mostrando a necessidade de se investir na capacitação docente. Para o mesmo autor, a formação e a qualificação profissional há muito tempo são focos de constantes discussões no âmbito da educação brasileira. Os profissionais cada vez mais sentem e alegam despreparo acadêmico e educação permanente insuficiente para a abordagem de diversos temas, dentre eles a sexualidade e a educação sexual.

Sobre essa perspectiva, Pinheiro et al. (2017) faz uma análise dos desafios para a formação docente sobre a diversidade sexual e a educação e elenca algumas estratégias para facilitar a abordagem e a qualificação dos profissionais. Para ele estratégias como “a mobilização de eventos, cursos de formação continuada, especializações, pesquisas de pós-graduação, cursos de educação à distância e a exploração do espaço proporcionado por programas do Ministério da Educação” são essências para sanar a deficiente abordagem educacional. Zerbinati e Bruns (2017) apontam que tais estratégias não devem se limitar apenas aos professores e educadores, “mas também para outros profissionais da saúde como enfermeiros psicólogos e psicoterapeutas e estudantes do ensino superior das carreiras médicas”.

Nesse contexto Vieira e Matsukura (2017) consideram que as capacitações voltadas aos professores exigem uma abordagem mais reflexiva, de modo a contribuir com novos conhecimentos, favorecer a sensibilização e provocar a reflexão sobre os valores e verdades cristalizados que atravessam e interferem as práticas.

Portanto, como aborda Ferreira et al. (2019) a educação sexual não deve restringir-se à abordagem de IST's e métodos contraceptivos, ao contrário, “deve incluir aspectos comportamentais, psicológicos e culturais, capacitando os indivíduos a tomar decisões conscientes e a exercer seus direitos sexuais e reprodutivos” (FERREIRA et al., 2019). Desse modo, a possibilidade de refletir a sexualidade de forma transversal pode propiciar que os professores sejam agentes de mudança em seus locais de trabalho, destacando-se o seu caráter urgente (FURLANETTO et al., 2018). Nesse sentido, para os mesmos autores, “a educação sexual pode ser compreendida como ferramenta essencial para o cuidado em saúde, mas,

para tanto, precisa ser incluída como prática regular e sistematizada”.

CONCLUSÕES

Constatou-se o quanto os professores e profissionais da saúde enfrentam inúmeros desafios para promover educação sexual nas escolas, uma vez que o modelo de ensino ainda é tradicionalista. Essa pesquisa é de grande relevância, visto que por meio da análise da literatura nacional podemos refletir sobre a importância da educação sexual nas escolas e quais os papéis exercidos pelos professores e profissionais da saúde frente a essa temática, como também detectar os desafios na tentativa de reprodução da educação sexual nas escolas.

Contudo, apesar das bases de dados apresentarem uma quantidade significativa de artigos referentes a educação sexual, a maioria são sob a perspectivas dos professores, há pouquíssimos artigos sob o ponto de vista dos profissionais da saúde.

Nesse sentido, emergem horizontes possíveis de serem trabalhados no intuito de esclarecer a visão desses profissionais da saúde. Além disso, por mais que não tenha sido foco desse trabalho, é crucial buscar entender os desafios da instituição família no ensino da sexualidade: quais os desafios, o que falta e o que pode ser melhorado. No mais, é importante, também, analisar os desafios e dificuldades na formação dos profissionais da educação e da saúde nas universidades, observando o que falta nas graduações e nos projetos pedagógicos desses cursos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R. T. C. DE; BOTELHO, N. M.; RODRIGUES, C. C. P. Atenção integral à saúde da população LGBT: Experiência de educação em saúde com agentes comunitários na atenção básica. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1758, 8 abr. 2019.

ALMEIDA, R. A. A. S. et al. Conhecimento de adolescentes relacionados às doenças sexualmente transmissíveis e gravidez. **Rev. Bras. Enferm.**, Brasília, v. 70, n. 5, p. 1033-1039, Oct. 2017.

ARAÚJO, R. T. DE et al. Sexualidade e saúde sexual de adolescentes: interseção de demandas para o cuidado. **Revista Enfermagem UERJ**, [S.l.], v. 27, p. e38440, mar. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Saúde de Adolescentes e Jovens na Promoção, Proteção e Recuperação da Saúde. Brasília, DF: MEC, 2010.

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1788, 6 mar. 2019.

FURLANETTO, M. F. et al. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, jun. 2018.

FURLANETTO, M. F.; MARIN, A. H.; GONÇALVES, T. R.. Acesso e qualidade da informação recebida sobre sexo e sexualidade na perspectiva adolescente. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 644-664, 2019.

GUEDES, J. C.; NETO, I. P. F.; SANTOS, H. O. A abordagem da educação sexual nos espaços escolares: um olhar sobre a perspectiva dos alunos do ensino médio de Guarat/TO. **Educationis**, v.5, n.2, p.34-40, 2017.

MENDES, K. D. S.; SILVEIRA, R. C. DE C. P.; GALVÃO, C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto-Enfermagem**, v. 17, n. 4, p. 758-764, 2008.

MOREIRA, P. et al. Vulnerabilidade ao HIV/AIDS em adolescentes da rede pública de ensino. **Revista de Pesquisa: Cuidado é Fundamental Online**, [S.l.], v. 11, n. 4, p. 868-872, July 2019.

MURAD, A. C. S. et al. Experiência de acadêmicos de medicina na prevenção de infecções sexualmente. **CuidArte Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 200-203, jul.-dez. 2018.

PINHEIRO, A. DE S.; SILVA, L. R. G. DA; TOURINHO, M. B. A. DA C. A Estratégia Saúde da Família e a Escola na educação sexual: uma perspectiva de intersetorialidade. **Trab. educ. saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 803-822, Dec. 2017.

QUEIROZ, V. DOS R.; ALMEIDA, J. M. DE. Sexualidade na adolescência: potencialidades e dificuldades dos professores de ensino médio de uma escola estadual de Sorocaba. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, [S.l.], v. 19, n. 4, p. 209-214, jan. 2018.

RUFINO, A. C.; MADEIRO, A. P. Teaching sexuality in Brazilian medical schools. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo vol.13 no.1 Jan./Mar. 2015.

SANTIAGO, L. M. DE et al. Implantação do Programa Saúde na escola em Fortaleza-CE: atuação de equipe da Estratégia Saúde da Família. **Rev. bras. enferm.**, Brasília, v. 65, n. 6, p. 1026-1029, Dec. 2012.

SANTOS, A. C. D. et al. Relato de Experiência: Construção e Desenvolvimento do Programa de Saúde na Escola (PSE) sob a Perspectiva da Sexualidade na Adolescência. **Rev. bras. educ. med.**, Brasília, v. 43, n. 4, p. 193-199, Dec. 2019.

SOUZA, M. T. DE; SILVA, M. D. DA; CARVALHO, R. DE. Revisão integrativa: o que é e como fazer. **Einstein (São Paulo)**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 102-106, mar. 2010.

VIEIRA, P. M.; MATSUKURA, T. S. Modelos de educação sexual na escola: concepções e práticas de professores do ensino fundamental da rede pública.

Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, v. 22, n. 69, p. 453-474, June 2017.

ZERBINATI, J. P.; BRUNS, M. A. DE T. Sexualidade e educação: revisão sistemática da Literatura Científica Nacional. **Travessias**, Cascavel, v. 11, n. 1, p. 76-92, maio 2017.